

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**

**ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/9/2023**

Às 14h4min, comparecem à reunião as deputadas Ana Paula Siqueira e Beatriz Cerqueira (substituindo a deputada Andréia de Jesus, por indicação da liderança do BDL) e o deputado Gustavo Santana (substituindo a deputada Alê Portela, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Luizinho. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Retira-se o deputado Luizinho. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* da Coordenação Colegiada da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência de Belo Horizonte – Rede Bh – enviando nota de repúdio contra a violência política e ações ofensivas, que lamentavelmente vêm ocorrendo nos espaços públicos contra mulheres em exercício de seus mandatos políticos, vereadoras em Belo Horizonte e deputadas em Minas Gerais, e da Sra. Monique Ferreira Moraes encaminhando formalmente denúncia contra a presidenta da Comissão de Enfrentamento da Violência contra a Mulher da OAB-MG. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (um ofício em 3/8/2023 e um ofício em 8/8/2023); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (um ofício em 25/8/2023 e um ofício em 14/9/2023); da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (um ofício em 2/9/2023); e da Secretaria de Estado de Saúde (um ofício em 31/8/2023). A presidenta acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como reladoras as deputadas mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.990/2022, no 2º turno, e 334 e 818/2023, no 1º turno (deputada Ana Paula Siqueira). A presidenta avoca para si a relatoria da visita ocorrida em 25/9/2023, no Município de Belo Horizonte, ao Centro Mineiro de Referência em Resíduos. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 392/2023 na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Ana Paula Siqueira) e pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.990/2022 na forma do vencido no 1º

turno (relatora: deputada Ana Paula Siqueira). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.943/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para se fomentar, por meio da disponibilização de recursos técnicos e financeiros, a criação de planos municipais de enfrentamento à violência contra a mulher no Estado;

nº 3.944/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que sejam adquiridas, em caráter de urgência, cinco viaturas descaracterizadas e vinte computadores, a serem disponibilizados para utilização do Departamento de Investigação, Orientação e Proteção à Família – Defam;

nº 3.945/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para o fortalecimento da rede de atendimento e enfrentamento à violência contra as mulheres vítimas de violências no Estado, por meio de repasse de recursos técnicos e financeiros que visem ao incremento das ações do Consórcio Regional da Promoção da Cidadania: Mulheres das Gerais;

nº 3.946/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que sejam adquiridos, em caráter de urgência, cinco kits de informática e seis leitores de códigos de barras, para utilização no Projeto Remodelagem das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deam;

nº 3.947/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os motivos de não terem sido repassados os recursos de 100 mil reais, no âmbito do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, ano de 2020, destinados à Casa de Referência da Mulher Tina Martins, esclarecendo-se qual o cronograma previsto para a aplicação desses recursos;

nº 3.948/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências com vistas à destinação de 100 mil reais à Casa de Referência da Mulher Tina Martins, tendo em vista que tais recursos foram previstos no âmbito do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, do ano 2020;

nº 3.977/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Anita de Carvalho por ser a primeira mulher nomeada pela Prefeitura Municipal de Contagem como comandante da Guarda Civil do município;

nº 3.978/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações formulado com a Sra. Anita de Carvalho por ser a primeira mulher nomeada pela Prefeitura Municipal de Contagem como comandante da Guarda Civil do município;

nº 4.052/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o projeto Anima PUC Minas – Sistema Avançado de Formação, Identidade e Missão – e para entrega do diploma referente ao voto de congratulações formulado com o Pe. Áureo Nogueira de Freitas;

nº 4.060/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as causas do aumento de infartos em mulheres;

nº 4.124/2023, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências com vistas à ampliação de assistência para as gestantes no Terminal Morro Alto,

concedendo-se a elas gratuidade para utilizarem os sanitários que existem no local, salientando-se que, atualmente, aplica-se a isenção apenas a crianças menores de 12 anos e idosos;

nº 4.214/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os desafios para as mulheres que atuam na área da segurança pública;

nº 4.318/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada visita ao Monumento Natural Estadual da Serra da Moeda, no Município de Moeda, para apuração das áreas impactadas pelas atividades minerárias e verificação da atuação das mulheres da região na defesa e conservação dos recursos hídricos e nascentes da serra.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/9/2023

Às 9h30min, comparecem à reunião os deputados Marquinho Lemos, Ricardo Campos e Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Ana Paula Siqueira, Leninha e Bella Gonçalves. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marquinho Lemos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina receber, discutir e votar proposições da comissão e apreciar o plano de trabalho do Tema em Foco edição 2023-2024, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. É designado relator para elaboração do relatório final do referido Tema em Foco o deputado Ricardo Campos. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.226/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja realizada audiência pública para comemoração do aniversário de 32 anos do jornal *Inverta*, 31 anos do jornal *Granma Internacional*, 19 anos da *Prensa Latina* e 35 anos do Centro de Educação Popular e Pesquisas Econômicas e Sociais;

nº 4.411/2023, dos deputados Doutor Jean Freire e Lucas Lasmar, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os desafios para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS –, por ocasião do lançamento da Frente Parlamentar Estadual em Defesa do Sistema Único de Saúde – SUS;

nº 4.422/2023, dos deputados Marquinho Lemos, Doutor Jean Freire e Ricardo Campos, em que requerem seja encaminhado à Mesa da Assembleia pedido de providências para realização, no âmbito do processo de discussão participativa do PPAG 2024-2027, de consulta pública com vistas a que sejam colhidas sugestões da população sobre o projeto de lei que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2024-2027;

nº 4.423/2023, dos deputados Marquinho Lemos, Ricardo Campos e Doutor Jean Freire, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a ser realizada em 14/11/2023, às 15 horas, para a qual sejam convidados as demais comissões e órgãos do governo do Estado, para que sejam recebidos os relatórios com as sugestões populares resultantes do processo de discussão participativa do projeto de lei que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2024-2027 –, encerrando o processo de discussão participativa do plano nessa Casa;

nº 4.425/2023, dos deputados Marquinho Lemos, Doutor Jean Freire e Ricardo Campos, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a qual sejam convidadas as demais

comissões, órgãos e entidades do governo do Estado, a ser realizada em 18/10/2023, às 15 horas, para debater o projeto de lei que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2024-2027 –, dando início ao processo de discussão participativa do Plano nesta Casa;

nº 4.427/2023, dos deputados Ricardo Campos, Doutor Jean Freire e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência pública, para a qual seja convidado o diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, Reynaldo Passanezi Filho, para debater a gestão dessa empresa e o atendimento prestado aos seus usuários.

Submetido a votação, é aprovado o Plano de Trabalho do Tema em Foco edição 2023/2024, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, desconvoca para a reunião a ser realizada hoje, às 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2023.

Leleco Pimentel, presidente.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/9/2023

Às 10h9min, comparecem à reunião os deputados Betão, Celinho Sintrocel e Adriano Alvarenga (substituindo o deputado Delegado Christiano Xavier, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betão, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e apreciar o Plano de Trabalho do Tema em Foco edição 2023-2024, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. Registra-se a presença do deputado Delegado Christiano Xavier, membro da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 203/2023, no 1º turno, e 2.243/2020, 2.875/2021, 3.479, 3.949, 3.967 e 3.999/2022, 208 e 809/2023, em turno único (deputado Betão), 842, 921 e 1.154/2023, em turno único (deputado Celinho Sintrocel), 572, 770, 787, 999 e 1.017/2023, em turno único (deputado Delegado Christiano Xavier), e 814/2019, 3.703 e 4.039/2022, e 599 e 693/2023, em turno único (deputada Nayara Rocha). A presidência comunica que foi designado como relator do Plano de Trabalho do Tema em Foco edição 2023-2024, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, o deputado Betão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres no 1º turno: pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.544/2021 na forma do Substitutivo nº 2; pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.915/2021 na forma do Substitutivo nº 1, e pela rejeição da Emenda nº 6, da Comissão de Constituição e Justiça, em que ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Constituição e Justiça; e pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.383/2021 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Betão). Registra-se a presença da deputada Nayara Rocha. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 851/2023 na forma do Substitutivo nº 2, no 1º turno (relatora: deputada Nayara Rocha). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.838/2022 (relator: deputado Betão) foi retirado de pauta pelo presidente por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.914/2015 e 4.038/2022 (relator: deputado Celinho Sintrocel); 2.889/2021, 3.715/2022, e 271, 414, 870 e 983/2023 (relator: deputado Betão); 3.380/2021 e 614/2023 (relator: deputado Delegado Christiano Xavier); e 3.877 e 3.897/2022 (relatora: deputada Nayara Rocha), que receberam parecer por aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.392, 3.440, 3.642 e 3.682/2023. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação

Final dos Projetos de Lei nºs 5.458/2018, 1.361/2019, 3.467, 3.615, 3.801 e 4.002/2022, e 182, 418, 446, 532 e 808/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É aprovado o Plano de Trabalho do Tema em Foco edição 2023-2024, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.386/2023. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.938/2023, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação do trabalhador leiturista da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – no contexto da relação com os clientes e cidadãos mineiros, bem como a necessidade de investimento nessa estatal com vistas a garantir a prestação de um serviço de excelência nessa relação;

nº 4.120/2023, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais – Sinepe-MG – pedido de providências para atuar em conjunto com o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinpro-MG – na construção de normas que coíbam a prática de assédio moral nas escolas particulares do Estado;

nº 4.142/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência pública para debater o financiamento, a manutenção dos serviços e as condições de trabalho do Ipsemg;

nº 4.157/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência pública para debater a negligência da Cemig nas condições de segurança dos funcionários da empresa;

nº 4.238/2023, do deputado Betão, em que requer seja realizada visita ao Sistema Integrado Multilogístico – SIM –, no Município de Belo Horizonte, para compreender o impacto da implementação desse empreendimento;

nº 4.241/2023, do deputado Betão e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater as condições da modalidade de ensino a distância – EaD – nos cursos de graduação em saúde, bem como as consequências na formação profissional e os impactos no ensino superior;

nº 4.299/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que, na elaboração do PPAG para 2024, as ações nºs 2081 – Assessoramento à política estadual de assistência social – e 4226 – Apoio financeiro e material aos serviços de assistência social – sejam incluídas no Fundo Estadual de Assistência Social – Feas –, atendendo às deliberações da área em relação à estruturação do fundo público e à transparência de recursos;

nº 4.300/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas – pedido de informações sobre os planos, projeto e deliberações que estão pendentes por falta de suporte técnico ao Ceas;

nº 4.301/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para recomposição qualificada da equipe da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social, tendo em vista o volume das suas atribuições institucionais previstas na Lei nº 12.226, de 1996, e atualizações posteriores, notadamente o acompanhamento, a avaliação e a fiscalização dos serviços de assistência social, prestados pelos órgãos governamentais e não governamentais dos 853 municípios do Estado;

nº 4.302/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde e ao Ministério da Saúde pedido de providências para que sejam considerados como prioritários, nas campanhas de vacinação, os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, observando-se a definição da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – Cnas – nº 6/2015;

nº 4.303/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que o processo de nomeação do secretário executivo do Conselho Estadual de Assistência Social atenda ao disposto na Resolução do CNAS/MDS nº 100, de 20 de abril de 2023, que, em seu art. 18, determina que “os conselhos de assistência social deverão ter uma secretaria executiva vinculada ao conselho diretamente subordinada à presidência e ao colegiado, para dar suporte ao cumprimento de suas competências”, e, no § 5º do mesmo artigo, que “os conselhos de assistência social definirão o perfil do secretário(a) executivo(a), e a sua nomeação ou exoneração deverá estar de comum acordo com o conselho”, respeitando a autonomia do Ceas;

nº 4.304/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a implementação do plano de trabalho de fortalecimento do controle social para articulação de fóruns de trabalhadores, de usuários e de entidades do Sistema Único de Assistência Social – Suas –, conforme aprovação pelo Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas;

nº 4.305/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que promova discussão no Conselho Estadual de Assistência Social sobre as regras do processo eleitoral para a escolha dos seus conselheiros;

nº 4.333/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja elaborado projeto de lei com vistas a garantir a devida recomposição salarial de todas as categorias dos servidores públicos que compõem o quadro do funcionalismo estadual, sejam da administração direta ou da indireta, tendo em mente que é competência do Executivo dispor sobre tal tema, não sendo o Legislativo autorizado a criar gastos sobre folha salarial;

nº 4.370/2023, das deputadas Macaé Evaristo, Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus e Leninha, em que requerem seja realizada audiência pública para debater trabalho, emprego e renda, no âmbito do Estatuto da Igualdade Racial, para o Estado;

nº 4.394/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à diretora-presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – pedido de informações, com vistas a subsidiar a necessidade de realização de concurso público, consubstanciadas em estudos cujo objeto de análise seja o mapeamento das áreas, setores e gerências da Epamig que não contam com o devido número de servidores em razão de vacância de cargos, decorrente de aposentadoria, de evasão de funcionários e de o último concurso público destinado a recompor o quadro de servidores dessa empresa ter sido realizado em 2004;

nº 4.412/2023, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância e os desafios das atividades de ensino, pesquisa e extensão no combate e na erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas;

nº 4.420/2023, do deputado Betão, em que requer seja realizado debate público sobre a estrutura e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – Desafios e Perspectivas;

nº 4.424/2023, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Belo Horizonte, para debater a importância e os desafios das atividades de ensino, pesquisa e extensão no combate e na erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas;

nº 4.439/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre acidentes de trabalho, a fim de identificar sua ocorrência no Estado, conhecer o perfil dos trabalhadores acidentados e as atividades econômicas que trazem mais riscos de acidentes, especificando o número de acidentes por setor da economia e por ano, desde 2019, com as respectivas características dos trabalhadores acidentados (idade, escolaridade, sexo, raça e renda); e o número de acidentes com óbito e invalidez permanente ou temporária no período;

nº 4.440/2023, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ocorrência de acidentes de trabalho e as ações empreendidas pelo Estado nessa área;

nº 4.441/2023, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ocorrência de trabalho escravo por setor da economia no Estado, bem como as ações empreendidas pelo Estado para enfrentamento desse problema;

nº 4.442/2023, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância e os desafios das atividades de ensino, pesquisa e extensão no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas e na sua erradicação;

nº 4.443/2023, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater o modelo de desenvolvimento econômico do Estado e seu impacto na geração de trabalho e renda em Minas Gerais;

nº 4.444/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao superintendente regional do Trabalho em Minas Gerais pedido de informações sobre o resultado da fiscalização que identificou a ocorrência de trabalho análogo ao escravo no Estado, de 2019 a 2023, especificando o número de trabalhadores resgatados a cada ano, por setor da economia e por região de ocorrência do fenômeno, o perfil dos trabalhadores resgatados (idade, escolaridade, sexo e raça) e a proteção oferecida aos trabalhadores resgatados;

nº 4.445/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a estrutura disponível no Estado para a política de saúde do trabalhador e da trabalhadora, especificando equipamentos públicos existentes e sua distribuição territorial; composição das equipes que atuam na área e suas atribuições; principais desafios para a implementação dessa política no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 2023.

Betão, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 3/10/2023, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.269/2017, do deputado Gustavo Santana, que dispõe sobre a municipalização do trecho rodoviário que especifica e dá outras providências. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.219/2016, do deputado Thiago Cota, que declara patrimônio cultural imaterial do Estado a fabricação de panelas de pedra-sabão no Distrito de Cachoeira do Brumado, Município de Mariana. A Comissão de

Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 16/2023, da Mesa da Assembleia, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado a Geraldo José Rodrigues Aleckmin Filho.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.601/2016, do deputado Tadeu Martins Leite, que dispõe sobre as terras devolutas estaduais e dá outras providências. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.279/2017, do deputado Duarte Bechir, que institui o Cadastro Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo e dá outras providências. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 587/2019, do deputado Douglas Melo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de dispositivo de segurança nas escolas das redes municipais, estadual e privada de ensino. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.538/2021, da deputada Rosângela Reis e do deputado Antonio Carlos Arantes, que dispõe sobre o programa de estímulo à implantação das tecnologias de conectividade móvel no Estado, para viabilizar a chegada da tecnologia de quinta geração – 5G. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.780/2021, do deputado Celinho Sintrocel, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Serra dos Cocais, no Município de Coronel Fabriciano. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.259/2020, do deputado Carlos Henrique, que obriga os hospitais e as maternidades do Estado a oferecer aos pais ou responsáveis de recém-nascidos orientações e treinamento para primeiros socorros em caso de engasgamento, aspiração de corpo estranho, asfixia e prevenção de morte súbita. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.544/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, que institui Política Estadual para Estímulo à Atividade de Podólogo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2021, do deputado Roberto Andrade, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.917/2022, do deputado Rafael Martins, que dispõe sobre a desafetação dos trechos de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doar a área correspondente ao Município de Ipaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.991/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, que altera a Lei nº 15.441, de 11 de janeiro de 2005, que regulamenta o inciso I do § 1º do art. 214 da Constituição do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 3/10/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei Complementar n°s 84/2022, do deputado Cristiano Silveira; e 26/2023, do deputado Professor Cleiton.

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.050/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes.

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 4.224/2017, do deputado Nozinho; 1.275/2019, do deputado Charles Santos; 1.332/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 1.723/2020, do deputado Celinho Sintrocel; 3.044/2021, do deputado Braulio Braz; 3.340/2021, do deputado Tadeu Martins Leite; 3.676/2022, da deputada Leninha; 3.717/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.028/2022, do deputado Raul Belém; 4.089/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 262/2023, do deputado Gil Pereira; 573/2023, do deputado Arlen Santiago; 631/2023, do deputado Grego da Fundação; 640/2023, do deputado Rodrigo Lopes; 645/2023, do deputado Fábio Avelar; 661/2023, do deputado Bosco; 662/2023, do deputado Lucas Lasmar; 703/2023, do deputado Cassio Soares; 711/2023, do deputado Leleco Pimentel; 790/2023, da deputada Nayara Rocha; 929/2023, da deputada Ione Pinheiro; 1.000/2023, do deputado Leonídio Bouças; 1.103/2023, do deputado Enes Cândido; 1.129/2023, do deputado Duarte Bechir; 1.150/2023, da deputada Nayara Rocha; 1.168 e 1.171/2023, do deputado Enes Cândido; 1.192/2023, da deputada Lohanna; 1.193/2023, do deputado Betinho Pinto Coelho; 1.209/2023, da deputada Leninha e do deputado Marquinho Lemos; 1.228/2023, da deputada Beatriz Cerqueira; 1.266/2023, do deputado Eduardo Azevedo; 1.294/2023, do deputado Gil Pereira; 1.298/2023, do deputado Leleco Pimentel; 1.305 e 1.306/2023, do deputado Zé Laviola; 1.312/2023, do deputado Raul Belém; 1.316/2023, do deputado João Magalhães; 1.328/2023, do deputado Duarte Bechir; e 1.346/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 2.868/2021, do deputado Tito Torres; 3.496/2022, da deputada Ione Pinheiro; 3.802, 3.886 e 4.088/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 400/2023, do deputado Eduardo Azevedo; 708/2023, do deputado Roberto Andrade; 785/2023, do deputado Raul Belém; 812/2023, do deputado Fábio Avelar; 1.049/2023, do deputado Celinho Sintrocel; 1.067/2023, do deputado Fábio Avelar; 1.099/2023, do deputado Raul Belém; 1.119/2023, do deputado Grego da Fundação; 1.212/2023, do deputado Fábio Avelar; 1.219 e 1.251/2023, da deputada Lohanna; 1.262/2023, do deputado Arlen Santiago; 1.277/2023, do deputado Eduardo Azevedo; 1.285/2023, do deputado Leonídio Bouças; 1.287/2023, do deputado Cristiano Silveira; 1.288/2023, do deputado Celinho Sintrocel; 1.304/2023, do deputado Coronel Henrique; 1.318/2023, do deputado Leleco Pimentel; 1.335/2023, do deputado Carlos Henrique; 1.336/2023, do deputado Bosco; e 1.344/2023, do deputado Cassio Soares.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 3/10/2023**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 3.660 e 3.739/2023, do deputado Sargento Rodrigues; 3.685/2023, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; 3.818 e 3.819/2023, do deputado Caporezzo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 3/10/2023**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei n° 918/2023, do deputado Celinho Sintrocel.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 3/10/2023**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento n° 3.753/2023, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 3/10/2023**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei n°s 2.964/2021, do deputado Roberto Andrade; 2.997/2021, do deputado Celinho Sintrocel; 3.450/2022, do deputado João Vítor Xavier; 3.610/2022, do deputado Zé Guilherme; 3.798/2022, do deputado Neilando Pimenta;

3.958/2022, do deputado Cassio Soares; 353/2023, do deputado João Magalhães; 405/2023, do deputado Dr. Maurício; e 598/2023, do deputado Tadeu Martins Leite.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 5.385/2018, do deputado Fábio Avelar; 5.501/2018, dos deputados Tiago Ulisses e Cassio Soares; 3.706/2022, do deputado Betinho Pinto Coelho; 723/2023, do deputado Professor Cleiton; 876/2023, do governador do Estado; 897/2023, do deputado Noraldino Júnior; 1.159/2023, do deputado Raul Belém; e 1.196/2023, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 3.464/2023, da Comissão de Direitos Humanos; 3.688/2023, da Comissão de Cultura; 3.689/2023, da Comissão de Cultura; e 3.780/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão e apreciação do plano de trabalho do “Tema em Foco”, Edição 2023/2024, no Âmbito do Assembleia Fiscaliza: Gestão de Recursos Humanos no Setor Público e Realização de Concursos Públicos.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 3/10/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 3/10/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 225/2023, do deputado Duarte Bechir; 299/2023, da deputada Nayara Rocha; e 970/2023, do deputado Raul Belém.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.077/2023, da deputada Leninha.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 3/10/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados Roberto Andrade, Professor Cleiton, Rodrigo Lopes e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/10/2023, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater, com a Prefeitura de Belo Horizonte, o projeto de obra pública de construção de uma grande bacia de contenção de águas pluviais nas imediações dos Bairros Estoril, Estrela Dalva e Havaí, que poderá atingir o Córrego Cercadinho, área de preservação ambiental, bem como a horta do projeto Cemar-Estoril.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Marli Ribeiro e Chiara Biondini e os deputados Leandro Genaro e Luizinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/10/2023, às 13h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 918/2023, do deputado Celinho Sintrocel, e receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2023.

Delegada Sheila, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rafael Martins, Doorgal Andrada, João Magalhães, Leonídio Bouças, Luizinho e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/10/2023, às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.055/2023, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2023.

Zé Guilherme, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Bella Gonçalves e os deputados Betão, Bruno Engler e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 4/10/2023, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de

receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os direitos da população de rua por ocasião do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Bella Gonçalves e os deputados Betão, Bruno Engler e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 5/10/2023, às 9 horas, em Nova Lima, no Balneário Água Limpa, com a finalidade de averiguar o andamento do processo de regularização fundiária que está em curso na comunidade.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Nos termos regimentais, convoco a deputada Nayara Rocha e os deputados Celinho Sintrocel, Caporezzo e Delegado Christiano Xavier, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/10/2023, às 14 horas, em Ipatinga, com a finalidade de, em audiência pública, debater a privatização de setores estratégicos, a terceirização e precarização do trabalho e as consequências da reforma trabalhista do governo Temer; e homenagear os trabalhadores mortos no Massacre de Ipatinga, em 7 de outubro de 1963.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2023.

Betão, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 787/2023

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Pelicano, com sede no Município de Contagem.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública o Instituto Pelicano, com sede no Município de Contagem, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca promover o voluntariado, o desenvolvimento econômico e social, o combate à fome à pobreza, a inclusão social e prestar serviços na área da saúde, da assistência social e da educação.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Instituto Pelicano, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 787/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2023.

Delegado Christiano Xavier, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 999/2023

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Cassio Soares, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Mãos que Acolhem – AMA –, com sede no Município de Guapé.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Mãos que Acolhem – AMA –, com sede no Município de Guapé, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca difundir e promover o ensino e a cultura, oferecer serviço de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, fomentar e organizar atividades recreativas de lazer e promover, estimular e apoiar atividades artísticas, culturais e educacionais.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Mãos que Acolhem – AMA –, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 999/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2023.

Delegado Christiano Xavier, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.017/2023**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Charles Santos, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Moradores de Água Branca de Baixo, com sede no Município de Comercinho.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Moradores de Água Branca de Baixo, com sede no Município de Comercinho, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca melhorar as condições socioeconômicas da região, proteger a família, a infância, a maternidade, a adolescência e os idosos, amparar as crianças prestando-lhes guarda, assistência alimentar e psicopedagógica e oferecer lazer, cultura e esporte para a comunidade.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária Moradores de Água Branca de Baixo, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.017/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2023.

Delegado Christiano Xavier, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 2/10/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 30/9/2023, que exonerou Lucas de Souza Garcia, padrão VL-11, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Redação;

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 30/9/2023, que nomeou Milena Canton Garcia, padrão VL-11, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Redação;

exonerando, a partir de 30/09/2023, Gelson Antônio Leite, padrão VL-32, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Cleiton;

exonerando Jefferson Proença Felix dos Santos, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;
exonerando Kleber Olegario da Silva, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Luizinho;
exonerando Márcia Lidiane de Moraes Silva, padrão VL-38, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Nayara Rocha;

nomeando Adenor Luiz Simões Coelho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;
nomeando Luana Silva Costa, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus;
nomeando Márcia Lidiane de Moraes Silva, padrão VL-38, 8 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;
nomeando Raphael Silva Neves Martins, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Luizinho;
nomeando Régis Policarpo Dias, padrão VL-31, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Luizinho;
nomeando Rosângela Mendes Alves, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;
nomeando Vivieni Aparecida de Oliveira Araujo, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c os arts. 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.267, de 29/12/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 18/9/2023, a servidora Carmem Lucia de Carvalho Dias, CPF nº 712.720.706-20, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria, padrão VL-56, classe Especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c os arts. 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.267, de 29/12/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 21/9/2023, a servidora Terezinha de Jesus Moura Brito, CPF nº 448.848.006-30, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria, padrão VL-53, classe Especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c os arts. 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.267, de 29/12/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/10/2023, a servidora Maria Elizabeth André de Barros, CPF nº 382.499.876-91, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria, padrão VL-56, classe Especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 88/2023

Número no Siad: 9235473-5/2023

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A. Objeto do contrato: serviço de acesso dedicado à internet. Objeto do aditamento: prorrogação excepcional, por 12 meses, sem reajuste de preços. Vigência: 12 meses, a partir de 2/10/2023 até 1º/10/2024, inclusive, ou até que se conclua o Pregão Eletrônico nº 35/2023, o que ocorrer primeiro. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239-0001 3.3.90(10.1).



ERRATAS

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 304/2019

Comissão de Redação

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/9/2023, na pág. 63, no fecho, onde se lê:

“29 de setembro de 2023”, leia-se:

“28 de setembro de 2023”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.295/2023

Comissão de Redação

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/9/2023, na pág. 64, no fecho, onde se lê:

“29 de setembro de 2023”, leia-se:

“28 de setembro de 2023”.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 51/2023

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 106/2023

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/9/2023, na pág. 65, onde se lê:

“a contratação de serviço de transporte de passageiros em ônibus”, leia-se:

“o registro de preços para aquisição de materiais compostos de chapas de gesso acartonado, acessórios e sistemas de fixação para *drywall*”.